

Sempre lembrando, por oportuno, que se tratam de membros que exercem suas atividades no Sistema de Controle Interno e que devem apresentar conhecimento elevado em suas atividades originárias (contabilidade, auditoria de tributos, setor de recursos humanos), fato que envolve determinado tempo para a devida substituição, bem como que, no período de aprendizagem e acompanhamento dos servidores efetivos, será natural que haja sobrecarga nos trabalhos dos futuros encarregados das atividades de fiscalização interna.

Merece destaque o eficiente trabalho executado pelo grupo de servidores que vem exercendo tais atividades, diga-se, com a devida segregação de funções, sendo, portanto, de competência e exercício do Município a atribuição de fiscalização, consoante o disposto no artigo 31, da Constituição Federal.

Todavia, não se pode imaginar que o "controle" realizado pela equipe seja da eficiência e da especialidade que detêm as auditorias e fiscalizações do TCE, haja vista que compostas por profissionais especialistas e um corpo técnico totalmente treinado para a execução de tais misteres.

As rotinas e todas as atuações do TCE estão guarnecidas por uma história de mais de 70 anos, motivo pelo qual não se pode imaginar que uma Comissão de Controle Interno, em curta trajetória, já inicie realizando grandes feitos e com todo o *know-how* angariado pelo Órgão de Controle Externo.

Entretanto, às necessidades do Município, o Controle Interno atua de forma satisfatória.

Vale ressaltar, novamente, que a Comissão de Controle Interno, sempre atua com muita seriedade e realiza auditorias prévias e concomitantes nas unidades setoriais, emitindo pareceres e indicando sugestões ao Gestor Municipal, tarefas que também são desempenhadas por servidor efetivo, sem qualquer diferenciação entre o que hoje vem sendo realizado e o que futuramente será objeto de atribuição de um cargo com tais competências.

Por fim, cumpre novamente salientar que o Controle Interno do Município, tal qual constituído, respeita os preceitos legais e desempenha suas funções que lhe foram atribuídas dentro da legalidade, isenção e imparcialidade que se lhes acometem as funções exercidas.

Um Município, cujo orçamento médio anual é baixo, onde o quadro de servidores é extremamente enxuto, exatamente para propiciar mais recursos à população, oferecendo serviços públicos onde a comunidade se sinta favorecida, não se pode imaginar a criação de cargos com dedicação exclusiva para exercer uma atividade que está sendo desenvolvida à altura da lei.

A criação de cargo (ou cargos de dedicação exclusiva), por mais importante que fosse, e pelas próprias normas dessa Corte com relação aos profissionais que podem atuar no controle, pelo padrão do Município, teríamos valores elevados despendidos para apenas um membro, para atuar onze meses e receber treze, conforme o padrão municipal.

Isso também poderia ser considerado infringência aos princípios da economicidade, pois pelo porte do Município, pela situação orçamentária, pelas peculiaridades conhecidas pelo próprio TCE, que conhece a realidade das regiões e dos Municípios, não há como concordar em ter membros com dedicação exclusiva, motivos pelos quais o aponte deve ser desconsiderado.

Aqui, cumpre registrar que o controle interno é atividade do Município, e não se trata de órgão de apoio ao controle externo, eterno equívoco que traduz, a princípio, a falta de abrangência e efetividade do exercício de exame de legalidade dos atos da Administração Pública.

Não existe na Constituição Federal ou Estadual, tampouco em qualquer outra lei infraconstitucional a vinculação do controle interno com essa Colenda Corte de Contas.

O artigo 76, da Constituição Estadual, não traz qualquer elemento ou vínculo entre o órgão de controle interno, DO MUNICÍPIO, e esse órgão de controle externo:

*Art. 76 - O sistema de controle interno previsto no art. 74 da Constituição Federal terá, no Estado, organização una e integrada, compondo órgão de contabilidade e auditoria-geral do Estado, com delegações junto às unidades administrativas dos três Poderes, tendo sua competência e quadro de pessoal definidos em lei.*

*Parágrafo único - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência, sob pena de responsabilidade, ao Tribunal de Contas do Estado, o qual comunicará a ocorrência, em caráter reservado, à Mesa da Assembléia Legislativa.*

Desse modo, não passa pela exigência da auditoria a atuação do órgão de controle interno, estando, portanto, regular e adequado o seu funcionamento, junto à Municipalidade.

Ademais, extrai-se do disposto no artigo 70, da Constituição Estadual, que a "... fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, e de quaisquer entidades constituídas ou mantidas pelo Estado, quanto à legalidade, legitimidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada um dos Poderes, ...".

Assim, é do Poder Executivo o controle interno, tanto que essa Corte, quando entende irregular a atuação do mesmo, ou a sua estrutura precária, ou de atuação indevida, pune o Gestor. Se se trata, ao entendimento da auditoria, que o órgão de controle interno é auxiliar desse órgão de controle externo, cumpre, então, decretar a irregularidade ao Titular dessa Corte, pois o controle não está sendo executado na forma desejada.

De registrar que é essa Colenda Corte de Contas o órgão auxiliar do Poder Legislativo, este último o competente para exercer o controle externo, descabendo imputar à Municipalidade, então, se se pretender exercer hierarquia sobre o controle interno do Município, como órgão auxiliar desse Tribunal, cumpre a responsabilidade de sua estruturação e pagamento dos respectivos servidores que atuarão junto ao mesmo.

Ademais, o controle é amplo e irrestrito, conforme se depreende do contido nos §§ 2º e 3º do artigo 71 da Constituição Estadual, não se podendo, assim, exigir que assim sejam transferidas tais atividades a um órgão de controle interno, que não é, sem sombra de dúvida, vinculado a essa Corte de Contas, mas aos Poderes constituídos na Municipalidade, quais sejam, o Executivo e o Legislativo municipais.

De outro lado, o Município adotou medidas visando à regularização da crítica sob comento, com a edição da Lei Municipal nº 1.078/2011, instituindo o Sistema de Controle Interno, cópia em anexo.

Dessa forma, descabe a manutenção do presente apontamento.

## **5. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

### **5.1. Falta de cadastro de obras no Sistema SISCOP do TCE/RS**

Em face de falta de condição técnica o Município deixou de inserir informações ao SISCOP.

Contudo, já providenciou a designação de servidor para essa atribuição, conforme se vê da portaria em anexo.

Nesse sentido, não se trata de sonegação de informações, mas apenas de erro técnico que determinou o não lançamento das mesmas, o que, à evidência, deve merecer consideração dessa Corte, afastando o presente apontamento.

## **6. ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**

### **6.1. Servidores e Vereadores – Incompatibilidade de Horários**

O Município está providenciando o ressarcimento dos dias em que foram pagas as remunerações aos servidores públicos que, na condição de Vereadores, ausentaram-se do serviço em períodos que a auditoria menciona, diga-se, para atividades extraordinárias àquelas decorrentes do mandato, em regulares sessões da Câmara Municipal.

Ademais, a fim de que não sejam restringidas as atuações dos edis, nos períodos em que também laboram junto ao Poder Executivo, também estará encaminhando ao Poder Legislativo projeto de lei dispondo sobre os afastamentos em objeto de serviço coincidente entre as atribuições dos seus cargos e decorrentes da atuação legislativa, quando os mesmos se sobrepõem.

Considerando, para tanto, que não há incompatibilidade entre o horário de trabalho dos servidores e as sessões da Câmara Municipal, momentos que são efetivamente examinados para a restrição constitucional.

Desse modo, descabe a manutenção do presente apontamento.

## **7. RECEITA**

### **7.1. Créditos Decorrentes de Contratos**

#### **7.1.1. AUSÊNCIA DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA/JUDICIAL DE DÍVIDA**

Considerando o apontamento sob comento, o Município, em face da omissão dos munícipes beneficiados, em solver seus débitos para com a Municipalidade, inscreveu todos em dívida ativa, pelo que se comprova através dos documentos em anexo.

Assim, buscará judicialmente o ressarcimento de tais valores, pelo que descabe a manutenção do presente apontamento.

## **8. ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E DO PATRIMÔNIO**

### **8.1. Deficiências no Sistema Informatizado de Controle de Frotas**

Importante noticiar a manifestação do responsável pelo controle interno da Municipalidade, relativamente à alegação de omissão acerca de utilização de sistema de acompanhamento e avaliação dos custos de manutenção da frota municipal, crítica equivocada, vez que, no ano em exame, se iniciaram os registros de controle, estando, em 2011, plenamente regular a sua fiscalização através de tal ferramenta.

Assim, podendo ser verificada em futura auditoria esse avanço, cumpre seja afastado o presente aponte.

## **9. DESPESAS**

### **9.1 Serviços Advocatícios**

#### **9.1.1. INTRODUÇÃO**

Aponta a equipe de auditoria como irregular processo licitatório para a contratação de empresa para serviços jurídicos.

A irregularidade residiria no fato de, em tese, as propostas dos licitantes não serem adequados ao objeto licitado e às condições do edital.

Equivocada está a equipe de auditoria.

A Lei de Licitações, em seu artigo 40, determina que o objeto da licitação deve ser posto de forma sucinta e clara; objetivamente e assim o fez a Administração Municipal.

Apresentaram propostas diversas empresas, todas atendendo ao mínimo exigido como requisitos do bem a ser ofertado e, dentro das ofertas, a Administração julgou e processou o processo licitatório de forma adequada e correta, recebendo a adjudicando o objeto à proposta de melhor condição, nos termos do edital.

A pretensão da equipe de auditoria é efetuar o julgamento das propostas, tarefa exclusiva da comissão de licitações.

Por certo, o julgamento e o procedimento estão absolutamente corretos, não merecendo reparos.

Também foi referido que a Municipalidade estaria revisando o contrato, de acordo com o apontamento, com a imediata suspensão dos pagamentos.

#### **9.1.2 SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS E FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DOS MOTIVOS**

Agora, pretende a auditoria relançar à discussão ato editado no exercício anterior, incluindo situações que não foram objeto de crítica anteriormente, alongando o tema, por certo, já foram consideradas e, diga-se, nesse momento, julgadas, tendo, essa Corte, entendido tais falhas remanesciam, pendente de publicação e o competente e necessário recurso.

Contudo, diante do quadro fático, ainda insiste a auditoria em apurar eventuais irregularidades na execução do contrato em apêço, aduzindo que os motivos pelos quais foi sugerida a compensação decorrente de recolhimentos indevidos a título de contribuição previdenciária dos agentes políticos.

Ora, a própria auditoria refere que o fundamento no qual foi sugerido, conforme Relatório de Fundamentos Técnicos apresentados pela contratada, era a inconstitucionalidade na retenção previdenciária patronal!

Qual outro fundamento pretende seja divulgado para que o Município venha a adotar medidas visando ao ressarcimento pelo pagamento indevido?

As fls. 407 a 423 constam detalhados fundamentos jurídicos, inclusive, com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (RE 351.717), resultando na inconstitucionalidade da alínea h do inciso I do artigo 12 da Lei federal nº 8.212/1991, introduzida pela Lei federal nº 9.506/1997, referido pela contratada em seu Relatório de Fundamentos Técnicos, especificamente à fl. 412.

Assim, como pode subsistir a alegação de que as compensações não estão devidamente justificadas no Relatório produzido pela contratada?

Ora, os motivos nos quais ocorreu o recolhimento patronal sobre as contribuições previdenciárias dos agentes políticos FOI A LEI!

Esta, a Lei federal nº 8.212/1991, em seu artigo 12, inciso I, alínea "h", entendeu que eram segurados obrigatórios da Previdência Social o exercente de mandato eletivo municipal, não vinculado a regime próprio.

Ademais, a tese suscitada já ao tempo do processo de contas do exercício de 2009, em que o corpo técnico aduz que não restaram evidenciadas na licitação, e, conseqüentemente, no relatório de fundamentos técnicos para recuperação de créditos tributários, as ações efetivas tendentes à recuperação dos créditos tributários do Município, como valores cobrados e recuperados pela contratada e contribuintes executados, serviços que dizem com a descrição do objeto contratual.

Mas o objeto contratual não é a execução de atos visando à recuperação dos créditos tributários do Município, relativos à contribuição previdenciária patronal!

Veja-se os atos de execução decorrentes do ajuste firmado:

- a) levantar junto aos órgãos competentes tributos que o Município pagou a maior;
- b) cotejar os valores dos recolhimentos realizados com o atual banco de dados constante no SEFIP;
- c) formular e apresentar o Relatório de Fundamentos Técnicos para Recuperação de Crédito Tributário, que servirá para embasar a devolução de tais valores;
- d) elaborar Planilha Discriminativa de Crédito demonstrando a origem e o montante dos valores a serem recuperados;
- e) acompanhar os trabalhos necessários à devolução do valor apurado e, na medida em que forem realizadas as compensações administrativas dos créditos obtidos, apresentar mensalmente o Relatório de Acompanhamento dos Benefícios Fiscais;
- f) defender administrativa e judicialmente o Município até a última instância, caso necessário.

Haveria, contudo, necessidade de ação visando à recuperação de tais créditos, mediante a utilização das instâncias judiciais, que não ocorreu em face de o Município ter realizado a compensação nos recolhimentos ulteriores.

Assim, a "causa jurídica" que levou ao recolhimento da cota patronal relativa à prestação previdenciária é decorrente da legislação que restou vigente no período em que restaram assim recolhidas.

### **9.1.3 VALORES PAGOS**

Ademais, o fator risco com que a auditoria refere estarem os pagamentos afetados é totalmente descabido, vez que consabido o tratamento dado atualmente pelas Cortes Superiores acerca da contribuição previdenciária sobre os subsídios e/ou remuneração dos agentes políticos, conforme abaixo destacado:

*RE 599023 AgR / SC - SANTA CATARINA  
AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO*

*Relator(a): Min. EROS GRAU*

*Julgamento: 09/02/2010 Órgão Julgador: Segunda Turma*

*EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE SUBSÍDIO DE AGENTES POLÍTICOS. LEI N. 9.506/97. INCONSTITUCIONALIDADE. O Supremo Tribunal Federal fixou jurisprudência no sentido de que não incide contribuição previdenciária sobre os subsídios pagos aos agentes políticos. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*RE 344393 AgR / RS - RIO GRANDE DO SUL  
AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO*

*Relator(a): Min. ELLEN GRACIE*

*Julgamento: 23/11/2004 Órgão Julgador: Segunda Turma*

*RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DETENTORES DE MANDATO ELETIVO. LEI 9.506/97. INCONSTITUCIONALIDADE. 1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 351.717/PR, rel. Min. Carlos Velloso, unânime, declarou a inconstitucionalidade do art. 13, § 1º da Lei 9.506/97 - que instituiu contribuição social para o custeio da previdência de agentes políticos -, por contrariedade aos artigos 195 (redação original) e 154, I da Constituição. 2. A alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 20/98 no referido art. 195 da CF/88, portanto, não está em causa. 3. Agravo regimental improvido.*

*RE 354835 AgR / RS - RIO GRANDE DO SUL  
AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO*

*Relator(a): Min. ELLEN GRACIE*

*Julgamento: 01/06/2004 Órgão Julgador: Segunda Turma*

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL.  
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DETENTORES DE  
MANDATO ELETIVO. LEI 9.506/97. INCONSTITUCIONALIDADE.**

1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 351.717/PR, rel. Min. Carlos Velloso, unânime, declarou a inconstitucionalidade do art. 13, § 1º da Lei 9.506/97 - que instituiu contribuição social para o custeio da previdência de agentes políticos -, por contrariedade aos artigos 195 (redação original) e 154, I da Constituição. 2. A alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 20/98 no referido art. 195 da CF/88, portanto, não está em causa. 3. Agravo regimental improvido.

RE 344571 AgR / PR - PARANÁ

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE

Julgamento: 30/03/2004 Órgão Julgador: Primeira Turma

EMENTA: Contribuição previdenciária de agentes políticos instituída pelo § 1º do art. 13 da L. 9.506/97, que acrescentou a alínea h no inciso I do art. 12 da L. 8.212/91: inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal no julgamento do RE 351.717 (Pleno, Carlos Velloso, DJ 21.11.2003), por afronta ao artigo 195, II, CF sem a EC 20/98

Desse modo, descabe a manutenção do apontamento.

#### **9.1.4 CONCLUSÃO**

Não há qualquer ação do fisco federal acerca da aludida compensação, estando, o Município, regular com a Previdência Social, conforme se apura do certificado de regularidade previdenciária, em anexo.

O entendimento apresentado vai de encontro aos interesses da administração pública. Tivesse a prefeitura agido de forma passiva, e não realizasse o contrato ora discutido, teria prejuízo de cinco vezes o valor em debate. Tentar-se-á demonstrar, por este e outros argumentos, porque a contratação foi realizada de modo legal e benéfico à administração.

Segundo alegação do auditor de contas, a seguinte disposição mencionada no edital de licitação é genérica:

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS JURÍDICOS,  
PARA APURAÇÃO E RECUPERAÇÃO ADMINISTRATIVA DE  
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, BEM COMO ANULAÇÃO DE DÉBITOS  
E CESSAÇÃO DE PAGAMENTOS RELATIVOS A OBRIGAÇÕES  
TRIBUTÁRIAS E REVISÃO DE PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS.**



O objeto do contrato é bastante delimitado. A empresa contratada deve levantar documentos e informações junto ao município e à Receita Federal, e identificar se houve ou não pagamento de tributos que possam ser recuperados administrativamente. Da mesma forma, caso existam valores que foram objeto de autuação pela Receita, a empresa diligenciará para anular os débitos que foram indevidamente constituídos e estão sendo cobrados ou pagos via parcelamento.

Saliente-se que, não obstante a disposição atacada, o auditor fiscal desconsiderou as atividades realizadas após a contratação dos serviços, que são específicas, observem:

- a) *Levantar junto aos órgãos competentes tributos que o Município pagou a maior;*
- b) *Cotejar os valores dos recolhimentos realizados com o atual banco de dados constante no SEFIP;*
- c) *formular e apresentar fundamentos técnicos para embasar a devolução de tais valores;*
- d) *elaborar planilha demonstrando os valores a serem recuperados;*
- e) *apresentar parecer jurídico de recuperação de crédito tributário, contendo todas as informações e dados necessários para a fundamentação dos procedimentos;*
- f) *acompanhar os trabalhos necessários à devolução do valor apurado;*
- g) *defender judicialmente o Município até a última instância, caso necessário;*

Observe-se, ainda, que o maior desafio do serviço é o de identificar se ocorreu o pagamento indevido. Se o município já soubesse que havia pago indevidamente algum tributo, e quanto, não haveria necessidade para a contratação.

Somente uma advocacia especializada tem condições de saber qual espécie de tributo foi pago indevidamente ou a maior. E para isso o município abriu procedimento licitatório adequado, com o fito de contratar uma empresa cujos serviços prestados condizem com a necessidade do Município, qual seja, reduzir gastos fiscais desnecessários e, ainda, recuperar recursos.

Consoante a Auditoria, o objeto do Edital não permitiu aos interessados o conhecimento da extensão dos serviços a serem prestados. Ora, o próprio Edital dá abertura a impugnações aos interessados e, ao que consta, não houve nenhuma manifestação questionando a abrangência do objeto oferecido. Não há razão plausível para a alegação da auditoria nesses termos.

E, no período que compreende a publicação do edital e a sessão de abertura das propostas havia tempo legal e suficiente para quaisquer esclarecimentos julgados necessários pelos eventuais licitantes, não tendo havido qualquer pedido nesse sentido.

Ademais, a empresa contratada, até então, cumpriu e se vinculou ao instrumento convocatório, dando início ao levantamento de créditos tributários, recuperando os valores identificados e defendendo o Município, fundamentadamente, em qualquer diligência solicitada.

Portanto, o entendimento unilateral da auditoria não deve ser considerado, posto que baseado apenas em uma interpretação superficial, não analisando todo o alcance e finalidade do objeto lícito.

A preocupação quanto ao objeto editalício, supostamente genérico, gerou à auditoria a presunção de que houve má formação do preço.

Além disso, a auditoria conduziu o entendimento de que basta a emissão de uma nota fiscal para que o Município pague os honorários sobre os serviços prestados. Complementou o argumento, suscitando que, para emissão de nota fiscal, necessário decisão transitada em julgado que fundamente o serviço prestado.

Ora, a auditoria desconsiderou, certamente por desconhecer, as normas ditadas pela Receita Federal do Brasil que permitem a recuperação tributária direta, sem necessidade de propositura de ação judicial ou pedido administrativo.

Para pôr fim às dúvidas levantadas quanto à necessidade de decisão judicial, informamos a Vossa Senhoria que as recuperações tributárias podem ser realizadas na via administrativa, baseada em Instrução Normativa que permite compensação no caso de pagamento indevido ou a maior.

A Instrução Normativa n. 900 de 2008, da Receita Federal, informa quanto à possibilidade de compensação de créditos de contribuições previdenciárias com débitos vincendos:

**Art. 44. O sujeito passivo que apurar crédito relativo às contribuições previdenciárias previstas nas alíneas "a" a "d" do inciso I do parágrafo único do art. 1º, passível de restituição ou de reembolso, poderá utilizá-lo na compensação de contribuições previdenciárias correspondentes a períodos subsequentes.**

Frise-se que nos tributos de lançamento por homologação, na esfera federal, é sempre possível a compensação direta e sem formalidades, pois o próprio mecanismo de apuração mensal do tributo a recolher abriga a compensação de crédito tributário indevidamente pago.

A mesma Instrução da RFB dispôs no Art. 34, § 3º, I, f, 1 e 2 que é plenamente possível recuperar administrativa e diretamente tributos atingidos por julgamentos do Supremo Tribunal Federal e suspensos por Resolução do Senado Federal, como fora feito até então, observem:

*Art. 34. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive o reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, relativo a tributo administrado pela RFB, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela RFB, (...).*

*(...)*

*§ 3º Não poderão ser objeto de compensação mediante entrega, pelo sujeito passivo, da declaração referida no § 1º:*

*I - o crédito que:*

*(...)*

*f) tiver como fundamento a alegação de inconstitucionalidade de lei, exceto nos casos em que a lei:*

*1 - tenha sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade ou em ação declaratória de constitucionalidade;*

*2 - tenha tido sua execução suspensa pelo Senado Federal;*

Por tais razões e, tendo em vista não haver necessidade de decisão transitada em julgado, mas sim conhecimento jurídico tributário e contábil, o preço contratual foi fixado na alçada de 20%. Entre outros fatos, foram considerados, também, a relevância do serviço, o vulto, a complexidade da causa, a dificuldade, o trabalho e o tempo envolvido para a boa prestação tanto administrativa quanto jurisdicional (caso necessária).

O trabalho jurídico de identificação e recuperação de créditos tributários envolve uma gama de profissionais empenhados e focados à sua boa execução.

Muitos sabem que para o levantamento e detalhamento de cada crédito, perfaz a necessidade não só do advogado, como também de outros profissionais relacionados a cada etapa do procedimento em questão (dentre eles, analista de sistemas, contadores, etc.). Diríamos que um profissional é pressuposto do outro, para que assim, cada qual, consiga efetuar suas tarefas.

O objeto do contrato firmado é a identificação, detalhamento e recuperação de créditos tributários recolhidos indevidamente ou a maior, incluídos ou não em parcelamento. Para identificar se houve recolhimento indevido, necessário antes de tudo conhecer todo o arcabouço legal que rege a matéria, e mais, ter ciência daquilo que foi julgado indevido. Necessário ainda saber identificar se houve ou não tal pagamento pelo município, e se houve pagamento sobre bases de cálculo que a legislação não impõe.

Assim, diante da complexidade do serviço é que o valor pactuado entre as partes foi de 20% (vinte por cento) sobre o valor recuperado.

Ao contrário do que se analisa, o que deve prevalecer num contrato dessa espécie, é a vantagem almejada pela administração pública, que não pode ser apurada simplesmente por um percentual honorário menor, mas antes disso, pela qualificação do profissional contratado. Por esse motivo, é que há necessidade da fixação do justo valor dos honorários e para isso existem regras precisas e claras.

Ademais, os serviços referentes a despesas operacionais e demais procedimentos necessários não estão computados neste valor, sendo, portanto, plenamente aceito o valor de 20% para o contrato em questão, pois esse percentual abarca todos os serviços prestados pelo escritório de advocacia, incluindo o de natureza pericial e contábil (identificação, levantamento e cálculo).

Por ser um contrato de risco, o Município deve remunerar a empresa contratada no momento em que receber o benefício financeiro, conforme relatório da auditoria.

Para não contrariar a alegação, registre-se que o Município remunera a contratada nos moldes afirmados pela auditoria, pagando a quantia devida no momento em que é beneficiado pela recuperação tributária.

Em outros termos, a Administração Municipal deixou de arcar com determinado custo tributário, gerando benefício ao erário, que poderá utilizar o valor citado para empreender obras ou custear serviços essenciais.

O que coube à empresa contratada demonstrar foi a prova material da existência do crédito. Tal foi realizado em relatório distinto, juntando-se, inclusive, relatórios emitidos pela Receita Federal, que comprovam a existência de pagamento a maior pelo Município de espécies tributárias, tudo em total consonância com as regras da Receita Federal do Brasil.

Alega, de outro lado, a auditoria, que a compensação realizada pelo escritório foi feita de forma unilateral, sem o prévio aceite da Receita Federal.

Afirma que somente com decisão transitada em julgado é que se poderia realizar a compensação administrativamente.

Primeiro, insta salientar que a compensação de contribuição previdenciária sobre agentes políticos pode ser realizada sem decisão transitada em julgado, posto que há resolução do Senado reconhecendo como indevido o pagamento. A resolução do Senado possui efeitos *ex tunc* e *erga omnes*, pelo que se mostra desnecessário o ajuizamento de qualquer ação judicial, ou pedido administrativo.

Aliás, o objetivo da resolução do Senado é justamente o de evitar o sobrecarregamento do Judiciário com ações judiciais sobre temas já pacificados.

Quanto ao prévio aceite da Receita Federal, é de se salientar que esta possibilidade inexistia no mundo jurídico. A compensação é necessariamente feita de forma unilateral pelo contribuinte, cabendo à Receita Federal apenas homologar a compensação realizada, decisão administrativa a que está vinculada por força da resolução do Senado, e mais ainda pela decisão transitada em julgado junto ao STF.

Tanto a resolução do Senado quanto a decisão transitada em julgado vinculam a administração. Portanto, o benefício é instantâneo e conclusivo, sendo desnecessária e impossível autorização anterior do órgão para realizar a compensação, bastando à contratada demonstrar a prova material da existência do crédito, que foi realizada, juntando-se, inclusive, relatórios emitidos pela Receita Federal, que comprovam a existência de pagamento indevido pelo município.

Aduz, ainda, a auditoria, que a empresa contratada levantou crédito de pagamento a maior, mas não especificou os motivos de sua ocorrência na época, concluindo que *"não é crível que tais pagamentos tenham ocorrido sem qualquer causa jurídica, por simples engano, mormente durante tantos meses"*.

**Extraí-se da afirmação da auditoria que a mesma entende ser necessário um motivo para se ter um crédito de pagamento a maior. Entretanto, o pagamento a maior é, por natureza, sem motivo. Ninguém paga a maior motivadamente, mas porque cometeu um equívoco.**

Aqui, nem equívoco foi, mas decorrente de lei que restou impugnada e declarada inconstitucional.

No caso, o motivo do equívoco pouco importa **juridicamente**. O que influi, e foi verificado em relatórios extraídos da Receita Federal, é que **houve pagamento a maior**, e que este **foi homologado tacitamente pela Receita Federal**, o que impossibilita reabrir a discussão quanto à base de cálculo das competências da época.

A contribuição previdenciária, tributo lançado por homologação, exige do contribuinte que este apresente via declaração a base de cálculo do tributo mensalmente, que no caso é a folha de pagamento. A Receita Federal, por sua vez, tem cinco anos para averiguar se a base de cálculo informada corresponde à realidade. Passado este prazo, a lei considera homologada tacitamente a declaração (o lançamento).

Portanto, se houve pagamento a maior porque houve declaração a menor, ou se houve pagamento a maior por equívoco do contador, pouco importa, desde que a competência em análise esteja homologada tacitamente.

Nestes casos, deveria a Receita Federal (dentro dos cinco anos) intimar o Município para retificar a declaração. Como não o fez, homologou tacitamente o valor declarado, que no caso é menor que o valor pago, gerando pagamento a maior, o que, repita-se, foi provado pela contratada através de relatório da Receita Federal que coloca lado a lado o "Valor a Recolher" e o "Valor Líquido", que é o pago menos juros e multa.

Informa a auditoria que o serviço poderia ter sido realizado pela própria administração, nos seguintes termos:

*Sob outro prisma, verificou-se que a Auditada contava com servidores efetivos em exercício cujas atribuições legais englobam as atividades prestadas pela contratada. Assim, poderia a Assessoria Jurídica do Município apurar a legitimidade dos valores pagos à Autarquia Previdenciária Federal e à Contadora apurar os valores devidos, sem custos adicionais ao Município.*

Vê-se, portanto, que a Auditoria reconhece, ainda que indiretamente, a importância do serviço realizado, pois considera que o trabalho deveria ter sido feito pelos servidores do Município.

Do mesmo modo, fica claro o motivo pelo qual o contrato é sobre o êxito. Em princípio, não haveria necessidade de análise da legitimidade dos valores pagos pelo Município à Receita Federal, afinal pressupõe-se que foram feitos regularmente, posto que realizados pelos servidores da administração.

O serviço é sobre o êxito, pois só se justificará alguma despesa caso demonstrado pela contratada que houve pagamento indevido, e que este, depois de comprovado, é reconhecido pela Administração.

O êxito, portanto, é a identificação de crédito em decorrência de pagamento indevido. Se a recuperação ocorre administrativa ou judicialmente, é questão de menor importância.

Em verdade, se o assessor jurídico do Município fosse especialista em direito tributário e tivesse observado o que quase nenhum assessor no Brasil fez, e o técnico contábil tivesse acesso a quais relatórios requerer junto a Receita Federal, e ambos soubessem da possibilidade de se fazer a compensação com base na Resolução do Senado de 2005 e na IN 900/2008 da RFB, e que não deveriam pedir restituição sob pena de compensação de ofício com débitos parcelados, dentre outros entraves jurídicos e contábeis, então os serviços contratados seriam dispensáveis.

Ora, os créditos encontrados foram gerados por pagamentos realizados há alguns anos. Aliás, nenhum crédito foi recuperado pela maioria dos municípios do Brasil, que fatalmente perderam crédito por este recuperado.

A contratada levantou os valores, com base em informações prestadas pela Receita Federal do Brasil, utilizando software por ela desenvolvido, e deu um norte ao setor jurídico e contábil do Município, gerando benefício de mais de R\$200.000,00 (duzentos mil reais).

Para identificar se houve recolhimento indevido é necessário antes de tudo conhecer todo o arcabouço legal que rege a matéria, e mais, ter ciência daquilo que foi julgado indevido. É necessário ainda saber identificar se houve ou não tal pagamento pelo Município e se houve pagamento sobre bases de cálculo que a legislação não impõe.

Dado o conhecimento pela contratada para tal, que abriu toda a informação à auditoria em parecer de mais de 20 laudas, com diversos documentos anexos, fácil indicar que o trabalho poderia ser efetuado por qualquer um.

Ante o exposto, não restou caracterizada, em momento algum, irregularidade quanto à prestação de serviços oferecida, posto que o Município está amparado por documentos oriundos do órgão tributador, bem como jurídica e contabilmente e pelo cumprimento do edital licitatório e contrato administrativo.

Desse modo, a preocupação da auditoria não existe, devendo ser afastado o presente apontamento.

## ***9.2. Despesas Telefônicas Pagas a Maior***

Cumpre salientar que os valores apurados pela auditoria decorrem de utilização de telefonia móvel para os fins de interesse público, em face da atuação dos Gestores na administração do Município.

Não se há de exigir que sejam recolhidos valores que, diretamente, foram despendidos para a gestão municipal.

Não há qualquer outra finalidade na utilização das linhas telefônicas senão aquela pública, no cumprimento dos interesses da administração municipal.

Nesse sentido, também não pretende a auditoria que a Associação venha a efetuar pagamento pelos serviços que, efetivamente, foram prestados ao Município.

De outro lado, importante salientar que o contrato com a empresa VIVO foi rescindido, vindo, a Associação Portelense de Desenvolvimento Agropecuário - APDA -, por seus associados, ajuizado ação visando ao ressarcimento de valores pagos a maior, tanto a partir da rescisão quanto os anteriores, na vigência da contratualidade, consoante demonstram os documentos ora juntados.

Segue, ainda, em anexo, comprovantes de que os serviços foram prestados e os valores foram liquidados e pagos regularmente.

Assim, descabe a manutenção do apontamento.

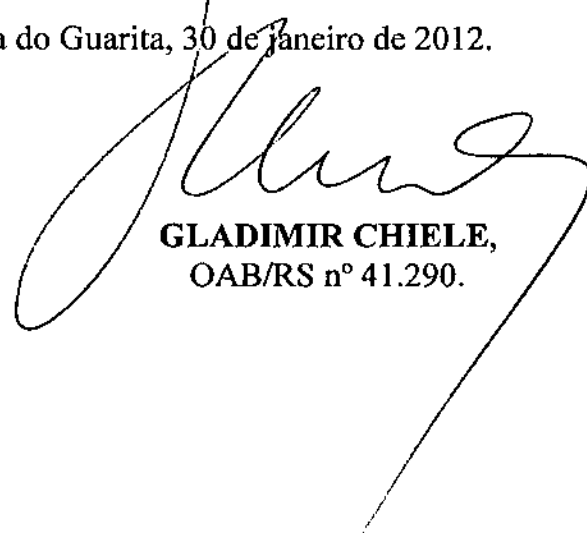
Nesse sentido resta provado que este administrador cumpriu com o que fora determinado por este Tribunal, e para tanto deve ser desconsiderado os apontamentos constantes no relatório de auditoria.

Diante dos fatos e dada a inatacável honestidade e ilibada conduta do Administrador, espera que, diante das justificativas apresentadas e das provas que traz aos autos, seja dado provimento às suas razões com a emissão de parecer favorável às suas contas no período auditado.

Requer, por fim, a intimação para competente sustentação oral, bem como roga pela juntada do instrumento de procuração, no prazo legal.

Termos em que pede deferimento.

Barra do Guarita, 30 de janeiro de 2012.



**GLADIMIR CHIELE,**  
OAB/RS nº 41.290.